

MANDATO EM REVISTA

PRIMEIRO ANO



Senadora Leila é destaque em **2019**

Senadora destina verbas para creches e hospitais do DF

Lei Maria da Penha ganha aprimoramentos que aumentam a proteção da mulher

Leila propõe refinanciamento de dívidas do esporte e punição de cartolas



Palavra da senadora	3
Coragem para defender o DF	4
Realizar mais com menos	8
Na luta pelas mulheres	12
Cidadania por meio do esporte	16
Da creche ao ensino superior	20
Meio ambiente inteiro	22
Ouvindo a população	24
Mais saúde para todos	28
Por mais segurança	30
Incentivo à adoção	32
Combate ao preconceito	33
Mobilidade urbana	34
Combate à corrupção	36
O povo fala	40
Teste seus conhecimentos	42
Créditos	45



Senadora Leila Barros, a Leila do Vôlei

Palavra da Senadora

Nasci em Taguatinga, no ano de 1971, quando o DF ainda tomava a forma da visão de JK. Os contornos modernos dividiam espaço com barracos recém-construídos pelos candangos. Fico emocionada quando lembro de meus pais, que vieram do Ceará para ajudar a construir Brasília. Tenho muito orgulho de ser fruto desse sonho coletivo.

Viajei o mundo como atleta, mas o meu coração jamais saiu do DF. Desde que deixei as quadras, trabalhar pelas pessoas virou uma missão. Liderei ações no Terceiro Setor, comandeie a Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer do Governo do Distrito Federal e hoje tenho a responsabilidade de representar a todos nós, brasilienses, no Senado Federal.

Ser a 1ª mulher eleita pelo DF ao Senado é uma honra. Me faz lutar com muita garra contra a violência doméstica e por mais respeito. Como mulher e como mãe, tenho uma enorme preocupação com o futuro das nossas crianças. Acredito que a educação, ao lado do esporte e da cultura, tem o poder de promover uma verdadeira revolução na sociedade.

Em 2019, pude retribuir uma pequena parte da confiança depositada em mim, pela qual serei eternamente grata. Destinei verbas, apresentei projetos, assumi relatorias, integrei comissões, promovi audiências, apoiei causas. Sei que é pouco diante de tudo que ainda precisa ser feito. Mas sei que esse resultado é prova de que, sim, é possível fazer.

Nesta publicação, faço um balanço transparente do meu primeiro ano de mandato. Tive o apoio de uma equipe talentosa, a qual aproveito para agradecer de coração por toda a dedicação. Tenho certeza de que 2020, quando Brasília completa 60 anos, será ainda melhor.

Boa leitura!

Foco em saúde, educação e esporte

“Melhorar a saúde é um clamor da população do DF”

Equipamentos para hospitais, materiais para postos de saúde, construção de creches, pavimentação de estradas que dão acesso a escolas rurais e incentivo ao desporto escolar foram as prioridades da senadora Leila na destinação das emendas de bancada e individual.

A senadora trabalhou pela duplicação da BR-080, que passa por Brazlândia, pela construção do Hospital do Câncer de Brasília e por mais Centros Olímpicos e Paralímpicos no DF. Também apresentou projetos de geração de emprego e renda para o DF e outros estados, como o PL 2831/19, que cria medidas de estímulo a empresas de base tecnológica constituídas há menos de 60 meses.

Apresentou o PL 3468/19, que institui Fundos Constitucionais de Financiamento para as re-

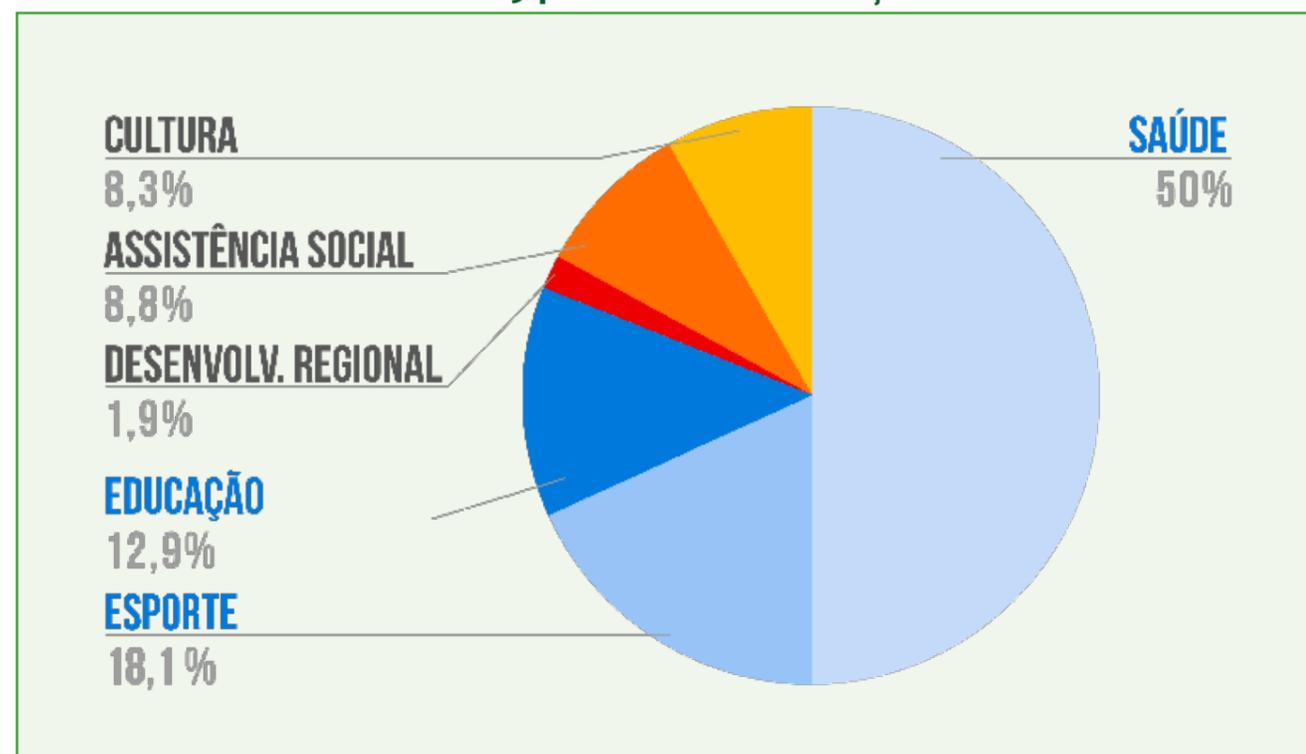
giões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e buscou mais recursos para regiões metropolitanas, incluindo a do DF. Tudo isso com o objetivo de fomentar a economia local e gerar mais emprego e renda para a população brasileira.

Aprovou, no Plenário do Senado, o PL 2097/19, que cria a Vara de Execução de Títulos Extrajudiciais e de Conflitos Arbitrais do Distrito Federal. Na prática, os brasileiros poderão recorrer às varas cíveis para acionar as empresas de sociedade mista do DF, como BRB, CEB e Caesb. Dependendo do valor da ação, o cidadão poderá, inclusive, dispensar a contratação de advogados. A medida permitirá uma prestação de serviços mais ágil e eficiente.

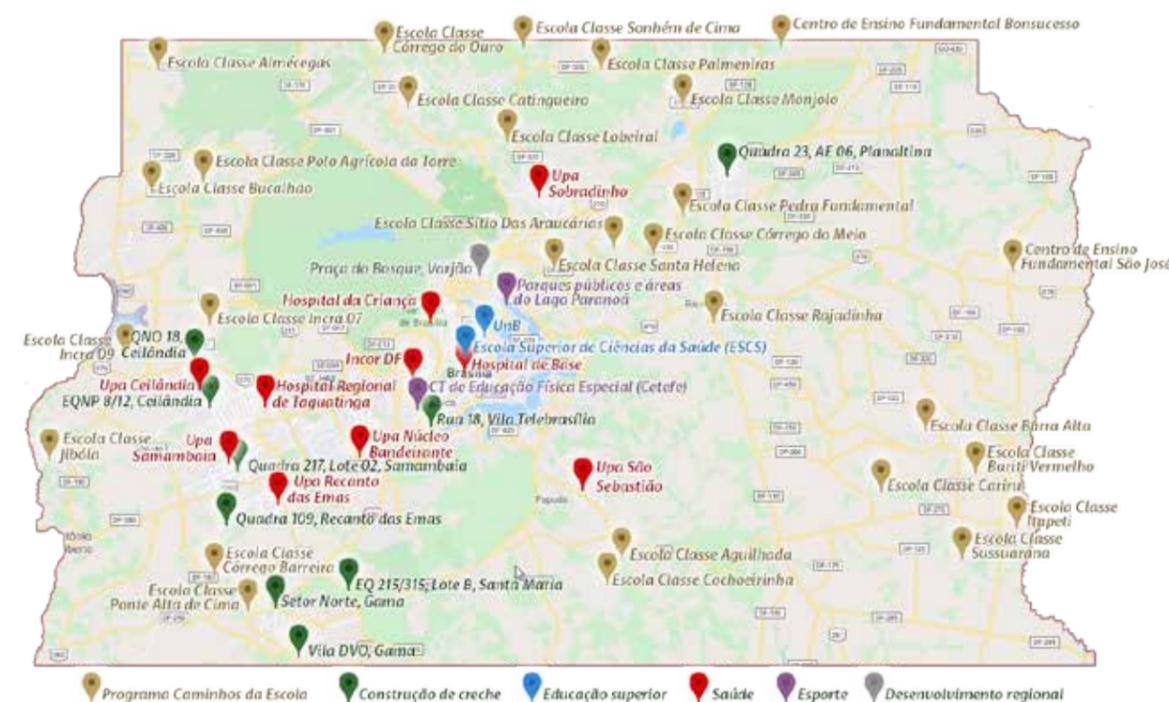
Regulamentação do home office

A senadora Leila apresentou o PL 4569/19, que regulamenta o trabalho remoto para servidores públicos civis da União e estabelece garantias ao trabalhador celetista em regime de teletrabalho.

Emendas individuais em 2019 por área de destinação



Mais recursos onde mais precisa



A destinação de emendas é uma parte muito importante do mandato. É nessa hora que o parlamentar indica quanto o governo federal vai repassar ao governo local e para quais finalidades. A senadora Leila definiu suas emendas ouvindo a população. Ela ressalta que “não basta apenas indicar as emendas” e lembra que é preciso fiscalizar. “Claro que contamos com o compromisso do governo local, no nosso caso, o governo do Distrito Federal, mas é preciso monitorarmos a execução dessas emendas”, reforça.

R\$ 22 milhões para asfalto e creches

- Gama: EQ 01/02, A. Especial, Setor Norte
- Gama: Rua Primavera, Lote 46, Vila DVO
- Recanto das Emas: Quadra 109, Conjunto 07, Lote 01
- Ceilândia: QNP, 08/12, Área Especial
- Ceilândia: QNO 18, Conjunto B, Lote 01
- Planaltina: Quadra 23, AE 06, Expansão do
- Setor Residencial Leste
- Santa Maria: EQ 215/315, Lote B
- Samambaia: Quadra 217, Lote 02, Subcentro Oeste
- Plano Piloto: Rua 18, Vila Telebrasilândia

R\$ 8 milhões para a saúde

- Hospital de Base
- Hospital da Criança de Brasília
- Unidades de Pronto Atendimento (UPAs)
- Hospital Regional de Taguatinga
- Incor DF

R\$ 2 milhões para a educação

- Reforma de escolas públicas
- Universidade de Brasília (UnB)
- Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS)

R\$ 2,9 milhões para o esporte

- Centro de Treinamento de Educação Física Especial (Cetefe)
- Parques públicos e áreas do Lago Paranoá
- Categorias desportivas do DF

R\$ 1,3 milhão para divulgação e produção cultural

R\$ 1,4 milhão para o Sistema Único de Assistência Social

R\$ 300 mil para a Praça no Varjão

“Sei que ainda é pouco diante da enorme carência”



Senadora Leila entrega doações no Hospital de Base ao lado da Liga do Bem, ação liderada por servidores do Congresso Nacional no Outubro Rosa, em prol de pacientes em tratamento do câncer de mama.

Regularização fundiária

A senadora Leila apresentou dois projetos de lei sobre áreas em fase de regularização no DF:

PL 1734/19

Propõe que sejam utilizadas, para regularização fundiária de áreas da União utilizadas por entidades religiosas, as mesmas metodologias de valorização adotadas pela Terracap.

PL 1301/19

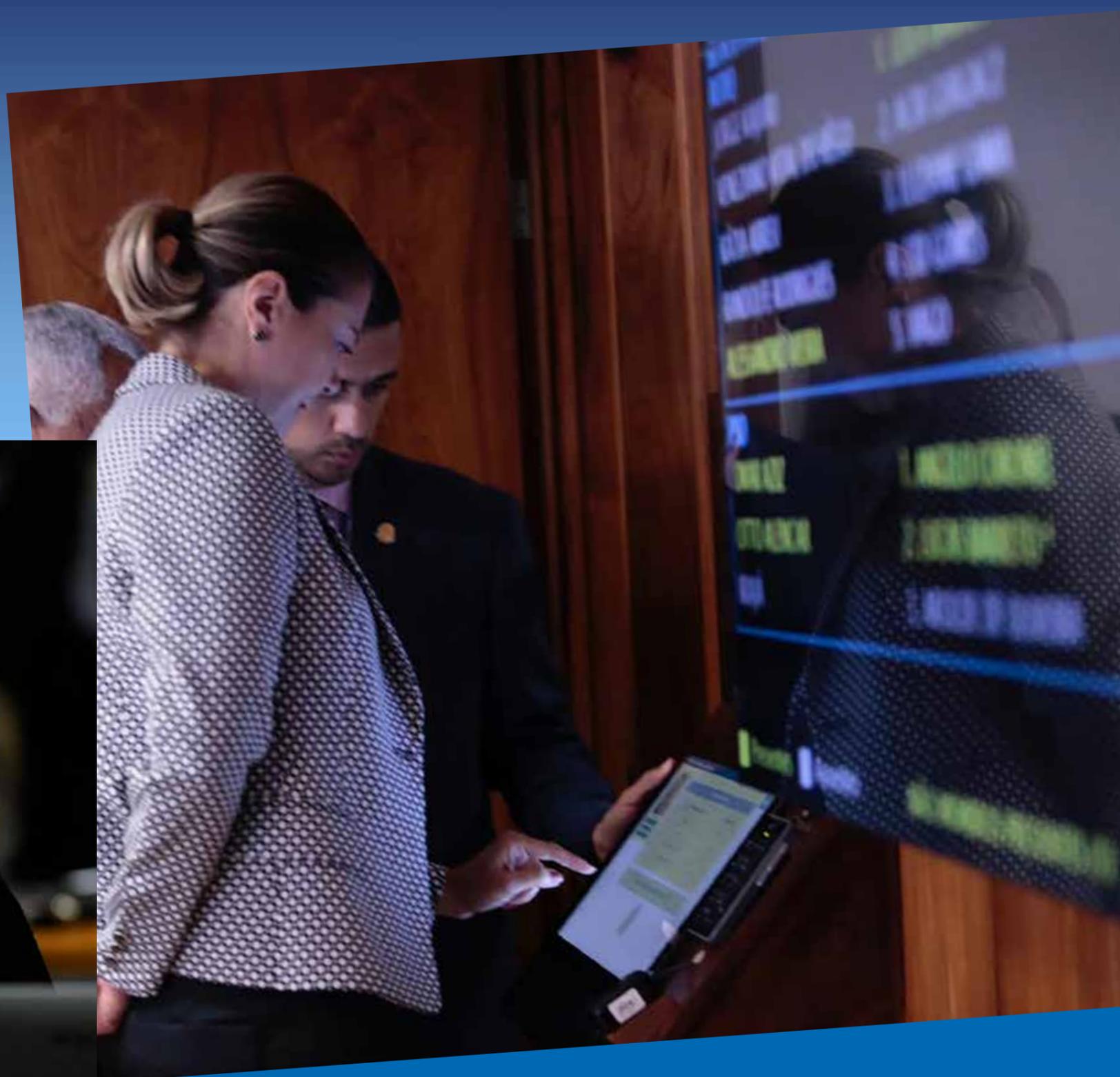
Flexibiliza regras do Ministério da Educação, facilitando a instalação de creches públicas em áreas como Pôr do Sol, Sol Nascente, Vicente Pires, Ceilândia e outras regiões do Distrito Federal.

PL 2202/19

Facilita a regularização fundiária de propriedades da União situadas no Distrito Federal que sejam ocupadas por núcleos urbanos.



Economia de 100%
da verba indenizatória e auxílios



95% de presença
em sessões

Mandato eficiente e econômico

“A nova política se faz com dedicação e responsabilidade”

A senadora Leila é uma das parlamentares mais econômicas do Congresso Nacional. Ao mesmo tempo, é uma das mais assíduas e mais produtivas. Sua produção legislativa, mesmo ainda em seu primeiro mandato, já supera a produção de inúmeros parlamentares que estão há anos em seus mandatos. Além de numerosos, os projetos

são bem elaborados por uma equipe altamente qualificada, experiente e preparada para se aprofundar em temas diversificados. A senadora também foi eleita membro da Mesa Diretora do Senado e presidente da Subcomissão sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base.

Mandato produtivo

- Apresentou 45 proposições
- Assumiu mais de 100 relatorias
- Participa de 7 comissões e 4 subcomissões
- Promoveu 11 audiências públicas
- Assinou 13 frentes parlamentares

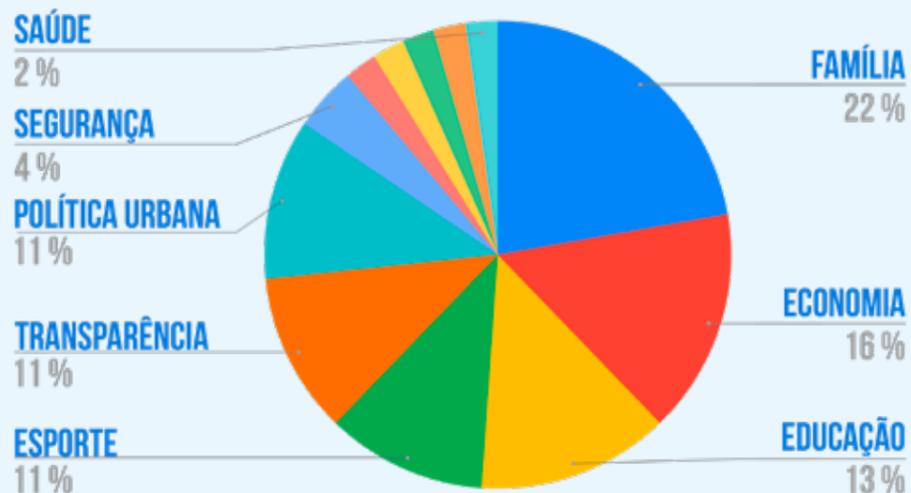
Economizou R\$ 383,1 mil

- R\$ 33,7 mil em auxílio-mudança
- R\$ 60,5 mil em auxílio-moradia
- R\$ 165 mil em verba de gabinete
- R\$ 66,5 mil em passagem aérea
- R\$ 57,4 mil em serviços postais

Proposições

Família	10
Economia	7
Educação	6
Esporte	5
Transparência	5
Política Urbana	5
Meio ambiente	1
Segurança	2
Saúde	1
Calamidade Púb.	1
Econ. no Senado	1
Mídia	1
Total	45

Projetos de Lei, Propostas de Emenda à Constituição, Projeto de Lei Complementar, Projeto de Resolução do Senado e Proposta de Fiscalização e Controle



- **Família:** proteção a mulher, criança, idoso e pessoas com necessidades especiais
- **Economia:** geração de emprego e renda, desenvolvimento regional e trabalho
- **Educação:** ensino de base, reconhecimento e incentivo à pesquisa acadêmica

- **Esporte:** desporto escolar, categorias de base e alto rendimento, cultura, lazer e esporte de participação
- **Transparência:** fiscalização e controle de órgãos públicos, gestão e combate à corrupção
- **Política urbana:** regularização, mobilidade e uso do solo





*“A luta por
igualdade não
é de esquerda
nem de direita.*

É de todos”

Bancada Feminina Unida

A situação da violência contra a mulher no Brasil é extremamente preocupante. O combate ao feminicídio, ao assédio e a luta por igualdade e respeito é um compromisso que Leila firmou ainda em campanha. Como senadora, Leila pôde contribuir para o avanço de pautas importantes que ampliam direitos e a proteção das vítimas.

O combate à violência doméstica não é uma preocupação só da senadora Leila. A bancada feminina no Senado, que tem 81 parlamentares, é composta por apenas 12 mulheres. Leila foi a única eleita para compor a Mesa Diretora do Senado. As mulheres são minoria no Senado, mas

atuam de maneira coordenada e unida, independentemente de partido político ou posicionamento ideológico. “Precisamos mobilizar todas as mulheres, todos os homens e todo o país nesta luta”, convoca Leila.

No DF, de janeiro a dezembro de 2019, foram registrados 33 feminicídios. “Essas mulheres que sofrem agressões diariamente, na maioria dos casos pelos seus parceiros, precisam de incentivo para que conquistem autonomia emocional, financeira e autoestima”, defende. Leila esteve presente em diversos atos pelas mulheres no DF, como no Paranoá e na Câmara Legislativa do DF.



Regiões Administrativas com mais feminicídios no Distrito Federal em 2019.

Fonte: SSP/DF

Agora é lei!

Duas novas leis que aumentam a segurança das mulheres em todo o Brasil foram sancionadas neste ano. A primeira, Lei 13.827, garante que policiais e delegados possam afastar o agressor do convívio domiciliar com a vítima. É uma medida protetiva que pode ser aplicada em locais

onde não há juízes de plantão e Comarcas. A segunda, Lei 13.880, determina a apreensão imediata da arma do agressor da vítima de violência doméstica. As duas leis são fruto de projetos relatados pela senadora Leila, que trabalhou intensamente pela sanção das novas legislações.

“A Lei Maria da Penha é um instrumento importantíssimo de proteção às mulheres, mas, como toda lei, precisa de aprimoramentos”



Projetos apresentados

PL 4230/19 - Aumenta a pena do feminicídio quando o crime é cometido contra mães de menores de idade e os deficientes

PL 1369/19 - Torna crime o *stalking*, ou seja, a perseguição frequente física ou online

PL 549/19 - Amplia o rigor contra o assédio e a violência de gênero em ambientes esportivos

PL 1630/19 - Obriga a creche pública a ter espaço para amamentação

PL 1301/19 - Facilita a instalação de creches em áreas em fase de regularização

Projetos relatados

PLC 26/17 - Dá prioridade para vítimas de violência em exames periciais

PL 1419/19 - Impede a aquisição de arma por quem praticou violência familiar

PL 1950/19 - Proíbe a nomeação em cargos públicos de condenados por crime de violência doméstica

PL 510/19 - Facilita o pedido de divórcio da vítima de violência doméstica

PDS 377/15 - Garante a mamografia pelo SUS para mulheres a partir dos 40 anos

PLS 397/16 - Torna obrigatória a igualdade na premiação de atletas homens e mulheres nas competições em que haja emprego de recurso público

PL 1399/19 - Institui medidas de combate ao assédio moral ou sexual no ambiente de trabalho

PL 2235/19 - Garante ao menos 30% das vagas na eleição proporcional serão ocupadas por sexos distintos

Mais pelas mulheres

- Presidiu sessão que aprovou o direito de amamentar em público

- Votou contra o fim da garantia de 30% de candidatas mulheres nas eleições

- Votou a favor da obrigatoriedade de o agressor ressarcir o SUS em caso de violência doméstica

- Integra a Comissão Permanente de Combate à Violência Contra a Mulher

- Apoia o Grupo Mulheres do Brasil em Brasília



“Sou filha de um mecânico que estudou até a 3ª série. O esporte me deu oportunidades que eu jamais teria”

Valores como dedicação, resiliência e respeito ao adversário podem, sim, ser ensinados por meio do esporte. E isso deve começar no desporto escolar. Mesmo aqueles que não chegarem ao topo da carreira como atletas, certamente levarão consigo esses ensinamentos para a vida. Por isso, a senadora Leila apresentou diversos projetos de lei que incentivam e desenvolvem o esporte nas escolas.

Agora é Lei!
PLC 12/17 - Relatado pela senadora Leila, amplia de 3 para 5 anos o prazo de banimento para torcida violenta

Projetos apresentados
PL 3467/19 - Incentiva e desenvolve o esporte nas escolas
PL 1161/19 - Destina heranças sem herdeiros ao desporto escolar
PL 2493/19 - Incentiva a formação acadêmica de atletas
PL 2832/19 - Cria o Programa de Modernização da Gestão do Esporte
PL 718/19 - Institui normas de fiscalização em categorias de base
PL 3701/19 - Trata do regime previdenciário do atleta
PL 3598/19 - Favorece o ciclismo como meio de transporte
PL 5183/19 - Torna 2020 o “Ano da Participação Olímpica Brasileira”

Projetos relatados
PLS 456/16 - Combate à lavagem de dinheiro em competições esportivas
PLC 67/17 - Determina o uso de câmeras e detectores de metal em eventos realizados em estádios





“Vamos abrir a caixa-preta do esporte”

Melhor gestão e punição a cartolas

A comunidade esportiva não pode pagar pelos maus gestores, que levaram diversas categorias à beira da falência. Pensando nisso, a senado-

ra Leila propôs o refinanciamento das dívidas esportivas e, também, a punição dos cartolas. No projeto da senadora, os gestores deverão pagar

com o próprio patrimônio os prejuízos causados por uma eventual má gestão. É uma medida essencial para melhorar a gestão do esporte brasileiro. “Nós, da área do esporte, temos a responsabilidade de ser exemplo para as futuras gerações e isso passa também pelo fim da corrupção no esporte”, afirma Leila.



PND: foram realizadas, a pedido da senadora Leila, três audiências públicas para discutir o Plano Nacional do Desporto (PND). Especialistas convidados, como a atleta Ana Moser, defenderam ser urgente a implementação do PND, com inclusão dos surdos e demais pessoas com deficiência.



PLS 488/15: o relatório da senadora Leila foi aprovado em comissão e enviado para a Câmara dos Deputados. O PL estabelece novas regras ao desporto escolar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e prevê que professores de educação física tenham formação acadêmica.



PL 2832/19: a senadora Leila apresentou o projeto que cria o Programa de Modernização da Gestão do Esporte (Proesp). O Proesp prevê o refinanciamento das dívidas das confederações e, também, a punição de cartolas.

Educação é prioridade absoluta

“Não é possível que a gente ainda não tenha entendido que educação é prioridade, mesmo durante uma grave crise financeira”

O contingenciamento de 30% do orçamento da UnB e do IFB foi um assunto de grande preocupação e indignação para a senadora Leila. Além de cobrar o governo

publicamente, Leila se reuniu com professores e reitores e, junto com a bancada do DF, se comprometeu em ajudar as instituições de ensino com destinação de emendas.



Reitora da UnB, Marcia Abrahão, recebeu o diploma Bertha Lutz por indicação da senadora Leila.



Projetos apresentados

- PL 3817/19 - Amplia o financiamento da educação superior
- PRS 61/19 - Destina à educação recursos economizados por parlamentares
- PL 1630/19 - Obriga a creche pública a ter espaço para amamentação
- PL 1301/19 - Facilita instalação de creches em áreas em regularização
- PRS 12/19 - Cria medalha por boas práticas na educação
- PR 54/19 - Institui o Programa Escola no Senado
- PL 1161/19 - Destina heranças sem herdeiros para a educação esportiva
- PL 5176/19 - Destina parte do Fundo Social do Pré-Sal para financiar pesquisas de ciência e tecnologia
- PEC 139/19 - Traz mecanismos para financiar instituições federais de ensino

Verbas destinadas

- 9 creches públicas para o DF (veja os endereços na página 5)
- 50 kms de pavimentação em estradas que dão acesso a 20 escolas rurais
- R\$ 1,1 milhão para reformas de escolas públicas

Relatoria

- PLS 488/15 - Prevê que professores de educação física tenham formação acadêmica e dá outras providências para o desporto escolar
- PL 1236/19 - Altera a CLT para que pais de crianças com deficiência física ou mental possam agendar seus períodos de descanso anual junto com as férias escolares dos filhos

Brumadinho não pode se repetir

“As perdas humanas são irreparáveis”

O Senado Federal deu uma resposta à tragédia de Brumadinho, em 20 dias, com a aprovação do PL 550/19, de autoria da senadora Leila.

Além de reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), o projeto

endurece as penas para os envolvidos em crimes ambientais que causem mortes e proíbe a construção de reservatórios pelo método de alteamento a montante — aquele em que a barragem vai crescendo em degraus, utilizando o próprio rejeito da mineração.



Óleo nas praias do Nordeste



A senadora Leila subiu na Tribuna do Plenário do Senado Federal para cobrar publicamente uma ação mais efetiva do governo federal diante do derramamento de óleo nas praias do Nordeste brasileiro. No pronunciamento, Leila defendeu a aprovação rápida do PL 2.787/2019, que tipifica o crime de ecocídio.

“A não ser pela lembrança permanente de que o óleo é venezuelano, não vejo ações da autoridade ambiental que demonstrem, efetivamente, a urgência necessária e os compromissos em reduzir os danos, achar os culpados e se envolver com a limpeza das praias”, discursou.

Leila também defendeu a ampliação do debate sobre mudanças no Código Florestal, para garantir o cumprimento das metas do Acordo de Paris.

Leila apresentou requerimento para homenagear, no Senado, os Bombeiros que atuaram no resgate das vítimas do rompimento da barragem de Brumadinho.

Não a essa Reforma da Previdência

A senadora Leila votou contra a PEC 6/2019, da Reforma da Previdência. Em seu discurso, Leila reconheceu que a reforma do Sistema Previdenciário é, de fato, urgente. Destacou, porém, que o texto é injusto, uma vez que foi vendido como um combate a privilégios, mas deixou a conta do ajuste do déficit público para ser paga pelos trabalhadores.

“Não posso aprovar uma medida que atinge de forma tão cruel os trabalhadores e, ao mesmo tempo, poupa os mais ricos”



“Uma reforma verdadeira teria de contemplar a todos. Não poderia deixar ausente o parlamentar, o empresário, e outras categorias que conseguem fazer um *lobby* pesadíssimo junto ao governo e ao Congresso Nacional”, disse a parlamentar do Distrito Federal. “Também não deixaria para um momento futuro incerto a discussão de temas como, por exemplo, a participação dos Estados e Municípios.”

De acordo com Leila, quatro pontos inviabilizaram seu voto favorável à matéria: a redução do universo dos trabalhadores com direito ao

abono salarial, a idade mínima exigida nas aposentadorias especiais das pessoas que trabalham em atividades prejudiciais à saúde, o dispositivo que permite – caso haja desequilíbrio das contas no futuro – a instituição de uma alíquota extraordinária para servidor público e a inexistência de tributação de lucros e dividendos.

Leila ainda citou os impactos dessa Reforma da Previdência sobre as mulheres dos setores público e privado. “São as mulheres, apesar das notórias diferenças e dificuldades enfrentadas na vida, que mais perdem nessa reforma”, disse.

Diálogo com professoras e professores



A situação dos professores e, especialmente, das professoras, na Reforma da Previdência foi debatida em audiência pública promovida pela senadora Leila. Participaram da audiência representantes da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) e do Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF).

Embora mantenha as regras especiais para os professores, a PEC 6/2019 trouxe mudanças para

a aposentadoria da categoria. Para requisitar o benefício, a nova regra impõe pelo menos 25 anos de contribuição e idade mínima de 60 anos para os professores e 57 anos para as professoras do ensino infantil, fundamental e médio. No caso dos professores do setor público, ficaram mantidas as exigências de ao menos cinco anos no cargo e de dez anos de serviço público. Para os professores das redes municipais e estaduais, que possuem regime de previdência próprio, nada muda, uma vez que estados e municípios ficaram fora da reforma.

A parlamentar brasileira considera que as mulheres professoras do setor público serão o segmento profissional que sofrerá maior impacto com a aprovação dessa reforma. As professoras terão de trabalhar mais para obter o benefício. “Professoras que hoje podem se aposentar aos 50 anos passarão a ter esse direito apenas com 57 anos de idade”, lembra a senadora, que votou contra o texto da Reforma da Previdência.

eSports na pauta do Senado



Importantes nomes do mercado de esportes eletrônicos brasileiro estiveram no Senado Federal, a convite da senadora Leila, para debater a regulamentação dos chamados eSports. Entre os convidados, estiveram presentes a diretora executiva da Black Dragons, Cherrygumms (foto), o representante da Entertainment Software Association (ESA), Mario Marconini; do co-proprietário da INTZ, Lucas Almeida; o diretor da BBL, Leo De Biase; e do presidente da Gamers Club, Yuri Uchiyama.

A audiência pública foi o primeiro de uma série de encontros que irão auxiliar na tomada de decisão por parte das senadoras e senadores, antes que o projeto seja levado para votação em Plenário.

“A regulamentação desse segmento, proposta pelo PLS 383/17, não pode ser feita sem que os principais interessados sejam ouvidos. Por isso, apresentei um requerimento para a realização da audiência pública. É muito importante que possamos ouvir a contribuição e opinião de todos os lados”

Debate sobre alienação parental



“Vamos corrigir brechas que permitem o mau uso da lei”

A Lei de Alienação Parental (nº 12.318) é um tema polêmico, que desperta preocupações aparentemente opostas. Nesse debate, o elemento comum às opiniões divergentes é, sempre, a proteção do direito das crianças e dos adolescentes. Não se pode admitir que a lei seja manipulada para viabilizar qualquer tipo de violência. Partindo deste princípio, a senadora Leila apresentou parecer favorável ao PLS 498/18, do qual foi designada relatora, com emenda aprimorando o texto original da Lei 12.318, em vez de revogá-la.

“Da forma como está, num evidente contrassenso, a Lei de Alienação Parental pode ser utilizada

maliciosamente para o fim que ela mesma proíbe. Vamos enfrentar esse problema corrigindo as brechas que possibilitam o mau uso das medidas”, explica a senadora Leila. As alterações foram construídas após duas audiências públicas — com a participação de operadores do direito e psicólogos — e inúmeras reuniões com grupos e organizações, tanto favoráveis à manutenção da Lei como apoiadores da revogação da norma.

Combate à pedofilia

Para proteger as crianças, Leila apresentou o PL 5030/19, que eleva penas para crimes que envolvam vítimas menores de 14 anos.

Leila também apoiou ações em prol da primeira infância, como o projeto Glória e o Federal Kids, da Polícia Federal.

Doenças Raras

Com apoio da senadora Leila, crianças e adultos com atrofia muscular espinhal agora têm acesso pelo SUS ao Spinraza, medicamento usado no tratamento da doença rara.

Notificação no SUS

Para obter dados epidemiológicos, Leila apresentou o PL 4691/19, que propõe a notificação compulsória de doenças raras no SUS. “Só assim poderemos analisar o impacto orçamentário e delinear políticas públicas condizentes”, avaliou a senadora Leila.

Anti-tabagismo

Leila apresentou relatório favorável ao PLS 769/15, que pretende proibir a venda de tabaco com aroma e sabor. “Estou firmemente inserida em todos os movimentos em defesa da saúde e contra o cigarro”, afirmou. Para a senadora, é essencial endurecer as restrições legais para reforçar o combate ao consumo de tabaco no Brasil.

Recém-nascidos

A Comissão de Direitos Humanos aprovou o relatório da senadora Leila ao projeto de lei que obriga os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, a fazerem exames de diagnóstico de anormalidades congênicas no metabolismo do recém-nascido. O Projeto de Lei 5012/2019 segue agora para análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).





Tornozeleira eletrônica

A senadora Leila relatou o PLS 207/17, que aumenta a punição ao condenado que burlar a tornozeleira eletrônica. Leila defendeu um tratamento mais rigoroso para quem ultrapassar limites do monitoramento, danificar o equipamento ou deixá-lo descarregado.

Segurança Pública

O PL 4501/19, apresentado pela senadora Leila, altera a Lei nº 13.675 para promover a transparência e integração dos órgãos que tratam de segurança pública. “É investindo em inteligência e prevenção que vamos avançar na questão da segurança pública”, afirma.

PMDF e Bombeiros

A senadora Leila participou de audiência pública para debater a reestruturação do plano de carreira da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do DF, na Câmara Legislativa do DF (CLDF). No debate, reafirmou o compromisso em trabalhar para viabilizar o pleito do grupo.

Detectores de metal

A senadora Leila defendeu, como relatora do PLC 67/17, o uso de detectores de metal e a gravação contínua de imagens em eventos esportivos, culturais ou religiosos em estádios com capacidade superior a 10 mil pessoas e ginásios esportivos que suportam acima de 5 mil lugares. “Esse monitoramento permitirá identificar transgressores e viabilizar a punição”, afirma.

Modernização da polícia

Votou a favor do PL 128/18, que cria o inquérito policial eletrônico, com peças assinadas digitalmente. A ideia é facilitar o registro, o cruzamento e o processamento de informações nas investigações policiais em um sistema informatizado único de âmbito nacional.

Segurança da mulher

Além de atuar para a sanção de duas leis que aprimoram a Lei Maria da Penha (ver página 14), a senadora Leila apresentou o PL 549/19, que busca assegurar maior proteção às mulheres contra atos de violência em ambientes de prática esportiva. O projeto foi a primeira proposição apresentada em seu mandato.



Direito dos pais

Leila relatou, com parecer favorável, o PLS 142/16, que dá direito a pais adotantes de receberem salário-maternidade direto do empregador, equivalente ao que acontece com os pais naturais. Atualmente, para receber o benefício é necessário recorrer ao INSS.

Direitos das crianças

O PL 1535/19, da senadora Leila, garante às crianças em processo de adoção o uso do sobrenome da família adotante, a matrícula em escolas e à continuidade nos atendimentos prestados nas instituições de acolhimento. O projeto foi aprovado no Senado Federal e seguiu para a Câmara dos Deputados.



“Temos de dar voz à cultura de paz. Com todos se respeitando, independentemente de raça, religião, posição política e orientação sexual”

Não à LGBTfobia

Leila apoia a luta contra a LGBTfobia e o combate a todo o tipo discriminação. Por isso, defendeu a conclusão do julgamento sobre a criminalização da LGBTfobia no Supremo Tribunal Federal. Na sessão que equiparou a homofobia e a transfobia ao racismo, a Corte fez ressalva quanto à liberdade religiosa, ou seja, padres, pastores e líderes religiosos têm assegurado o direito de pregar suas convicções, desde que não se convertam em discursos de ódio.

LGBTI+ no Congresso

A senadora apoiou a realização do Seminário LGBTI+ no Congresso Nacional. O seminário é essencial para fortalecer o diálogo com o Legislativo na defesa dos direitos civis, sociais e trabalhistas, das liberdades e do respeito à diversidade e à dignidade humana.

Incentivo ao uso da bicicleta como meio de transporte

Quem é ciclista sabe das dificuldades encontradas nas ciclovias construídas Brasil a fora. Seja por falhas no traçado, na pavimentação ou na sinalização, muitas vezes os projetos são mal planejados ou mal executados, o que coloca em risco a vida de milhares de ciclistas, pedestres e motoristas.

Para reduzir essas falhas e aumentar a segurança dos usuários, a senadora Leila apresentou o PL 3598/19, que obriga a realização de

audiências públicas antes da construção das vias e promove a integração de modais no transporte urbano, favorecendo o ciclismo.

“Este projeto tem por base o diálogo com vários grupos que representam o ciclismo nas maiores capitais do País. Queremos promover o desenvolvimento do ciclismo como forma de transporte individual, a integração de todos os modais de transporte urbano e, assim, preservar a segurança dos cidadãos”, explica.

Passage Livre

Muitas vezes, no intuito de prevenir fraudes, empresas prestadoras do serviço acabam gerando dificuldades para o cidadão ao exigir que a entrega da documentação comprobatória seja feita pessoalmente. Além disso, há empecilhos no acesso às informações necessárias.

Para reduzir essas dificuldades, Leila apresentou o PL 2188/19, que desburocratiza a obtenção do direito ao passe livre para idosos, pessoas carentes e com deficiência.

Outra mudança com o PL será o aumento da transparência do processo. Isso porque haverá a determinação de que os registros das gratuidades concedidas em cada veículo interestadual sejam tornados públicos.

Cidade Amiga do Idoso

Cidades que se destacarem na adoção de políticas que garantam tratamento mais digno às pessoas idosas receberão o título de “Cidade Amiga do Idoso”. É o que prevê o Projeto de Lei 2119/19. A senadora Leila, relatora do PL, apresentou parecer favorável ao projeto.



“Farei tudo o que estiver em meu alcance para que a impunidade de políticos corruptos no Brasil tenha um fim”



Em seu primeiro dia de mandato, mesmo tendo a prerrogativa do voto secreto, Leila fez questão de abrir seu voto em Antonio Reguffe para presidente do Senado. Ao longo de 2019, a transparência e o combate à corrupção têm sido marcas registradas do mandato da senadora do DF.



Por eleições mais limpas no Brasil

A prática de caixa dois eleitoral deve ser considerada crime no Brasil. É o que acredita a senadora Leila, que votou favoravelmente ao PL 1865/19, que torna crime “arrecadar, receber, manter, movimentar ou utilizar” dinheiro, bens ou serviços monetizáveis que não estejam registrados na contabilidade oficial de campanha.

“A punição para essa prática desleal com a democracia será de 2 a 5 anos de prisão”, informa Leila. O projeto aprovado foi apresentado como parte do chamado pacote anticrime, reproduzindo o teor das propostas enviadas à Câmara pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro.



Não ao aumento do Fundo Eleitoral

Leila votou contra o PL 5029/19, que promoveu a minirreforma eleitoral. O texto abriu brecha para o aumento do montante do chamado Fundo Eleitoral, que financia as campanhas políticas.

principalmente considerando o momento de crise econômica pela qual o Brasil está passando”, afirmou.

“Nós estamos falando de aumentar de R\$ 1 bilhão para R\$ 3 bilhões. É um absurdo,

Além disso, Leila ressaltou que o projeto esteve por 10 meses na Câmara dos Deputados e que o Senado Federal teria que votá-lo em apenas um dia.



Coaf com Moro

Votou a favor da manutenção do Coaf sob a tutela do ministro da Justiça, Sergio Moro. “Meu voto foi pela coerência. Como disse o ministro Sergio Moro, no combate ao crime, integração é a chave”, justificou.

Fim de indicação política

As indicações políticas em cargos públicos podem ser porta de entrada para a corrupção. Por isso, Leila votou a favor do fim das indicações. Além disso, Leila apoiou a exigência de criação de programas de integridade (também conhecido como *compliance*) nas agências reguladoras, com o objetivo de prevenir atos de corrupção.

Pente fino no INSS

Votou a favor da Medida Provisória 871, que prevê um pente-fino no INSS. O texto altera regras de concessão de benefícios – como auxílio-reclusão, pensão por morte e aposentadoria rural –, além de revisar a lista de beneficiados e processos com suspeitas de irregularidades no INSS.

Prisão em 2ª instância

Defendeu a PEC 5 e votou a favor do PLS 166, que preveem a prisão em 2ª instância. “Os recursos ao STF e STJ não mudam decisões sobre a materialidade e autoria do crime. O sistema recursal não pode ser usado para deixar impune quem foi condenado”, afirma.

CPI da Toga

“Assinei uma vez, duas vezes, e assinarei quantas vezes forem necessárias para que aconteça a CPI da Toga”, disse Leila acerca dos requerimentos apresentados. A senadora também apoiou manifestos do movimento “Muda Senado, Muda Brasil”



Maricélia da Silva Lima
Ceilândia - Brasília

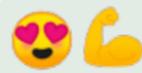
Sou uma mulher sobrevivente. Sofri violência doméstica em 2011 e, por milagre de Deus, sobrevivi. Acompanho o trabalho de Leila e vejo que ela está fazendo o mandato que nós mulheres esperávamos. As mulheres precisam muito de uma representante igual a ela. Ela não abaixa a cabeça para ninguém e bate de frente, mesmo. Antes de ser senadora, ela é mulher e é um ser humano. Sente na pele o que as pessoas passam. Que continue assim.



Maricélia,

Fiquei profundamente tocada e comovida pelo seu depoimento, que demonstra toda a sua força e exemplo de superação. Sua mensagem me enche de vontade de continuar batalhando diariamente pelas mulheres, pelo combate à violência doméstica e pela garantia de nossos direitos.

Agradeço muito pela sua coragem em compartilhar seu testemunho de vida comigo e em autorizar a publicação nesta revista, alcançando outras mulheres que podem estar na mesma situação que você se encontrava anos atrás. Você é um exemplo maravilhoso de que nós podemos, sim, vencer a violência! Conte comigo, sempre.



Juliana Félix
Guadalupe - Rio de Janeiro

Em tão pouco tempo, Leila elaborou muitos projetos e conseguiu – o que é muito difícil – aprovar alguns. Fez muito mais do que muita gente em 30 anos! E o bom é que ela não foca só em uma área. Deu atenção para o esporte, mas também fez projetos contra o assédio das mulheres, visitou as mulheres com câncer de mama, elaborou projetos para educação. Está fazendo muito mais do que muita gente que está aí e que não faz nada.



Juliana,

Agradeço muito pelas suas palavras, mas te digo com muita tranquilidade que eu não estou fazendo nada além da minha obrigação. Sou uma pessoa comum, mãe, esposa e servidora pública. Vou ao supermercado, abasteco meu carro, levo meu filho na escola, converso com as pessoas nas ruas do Distrito Federal e do Brasil. Trabalho todos os dias, como tantas outras mulheres que enfrentam a dupla jornada. Sou como tantas outras mulheres Brasil afora que enfrentam preconceitos e dificuldades, mas que seguem na luta por seus sonhos e por seus ideais. É acreditando nisto que eu levanto todos os dias com muita vontade de trabalhar. E o resultado está apresentado nesta revista. Obrigada por acompanhar nosso trabalho!



Vera Lúcia Bezerra da Silva
Rede Fem. de Combate ao Câncer

Falar da Leila senadora é falar da esperança, falar de fé, fé em uma nova era, de mudança. A esperança de que todos tenham direito a uma saúde justa, onde as coisas serão mais fáceis. Eu vejo esperança nos olhos dela de querer mudar o destino da saúde. Onde todos terão direito a uma saúde justa. Não só na saúde. Acredito que ela fará diferença em todos os projetos que tiverem a oportunidade de passar pelas mãos dela. Falar da Leila é falar de uma pessoa íntegra, sensível, que gosta de ajudar as pessoas. Vai fazer e está fazendo a diferença para a nossa política.

Verinha,

Você é, para mim, uma verdadeira heroína. Seu trabalho incansável na Rede Feminina de Combate ao Câncer de Brasília é uma grande inspiração. Fico emocionada com seu carinho e com a sua confiança em meu trabalho. Minha responsabilidade só aumenta ao ler sua mensagem de apoio. Quero retribuir com muita dedicação e com muito trabalho. Nunca faltará da minha parte empenho para lutar pela saúde do Distrito Federal, pode ter certeza disso. Agradeço de coração as suas palavras. Abraço!



Waldemiro Livingston de Souza
Asa Norte - Brasília

O trabalho da senadora Leila foi de fundamental importância. Ela surpreendeu muita gente. Uma senadora comprometida com o povo e tem correspondido em todos os aspectos. Acompanhamos elas nas reuniões, e está sempre a favor do povo. É realmente uma senadora que entendeu o que é a democracia. Vem lutando por um país melhor. Uma senadora nota 10 em todos os quesitos da política.

Waldemiro,

Como primeira mulher eleita pelo Distrito Federal, e primeira senadora nascida no DF, tive de enfrentar – e vencer – diversos preconceitos. Muitos não esperavam que eu pudesse representar o povo brasileiro no Congresso Nacional. Por isso, fico feliz em saber que meu trabalho “surpreendeu muita gente”. Hoje, contudo, não me preocupo em surpreender. Mas sim em seguir trabalhando na luta por mais igualdade e justiça social. O seu reconhecimento e apoio me dão mais força para continuar caminhando com muita serenidade e responsabilidade. Um abraço!

Errou todas as perguntas: Leila quem?

Você não faz ideia de quem seja a Leila. Nunca a viu jogar vôlei. Nunca ouviu falar de Leila como secretária de Estado nem como senadora da República. Em que planeta você esteve nos últimos anos?

Acertou as 5 primeiras perguntas: Fã incondicional

Você acompanhou de perto a carreira de Leila nas quadras de vôlei no Brasil e no mundo, torceu nas arquibancadas e vibrou no sofá, pela TV. Tem orgulho de ser fã e muita saudade daquele tempo!

Acertou as 5 últimas perguntas: Eleitor convicto

Você votou em Leila para se tornar a primeira senadora eleita pelo Distrito Federal. Se não votou por não ser do DF, gostaria de ter votado nela. Além disso, você acompanha de perto seu mandato!

Acertou as 10 perguntas: Fala sério!

Se você não tiver consultado as informações na internet antes de responder, certamente é um especialista em Leila do Vôlei! Além de ser fã incondicional e eleitor convicto, é um cidadão muito consciente, que está de olho no mandato de quem ajudou a eleger. Parabéns!



Quanto você sabe sobre a Leila do Vôlei?

1. De qual estado os pais de Leila partiram para construir a vida em Taguatinga?

- (a) Paraíba
- (b) Ceará
- (c) Rio Grande do Norte
- (d) Maranhão
- (e) Minas Gerais

2. Com que idade Leila viu pela primeira vez o Lago Paranoá, na capital federal?

- (a) 7 anos
- (b) 10 anos
- (c) 13 anos
- (d) 15 anos
- (e) 17 anos

3. Em que ano Leila iniciou sua carreira como atleta profissional de vôlei no Minas Tênis Clube?

- (a) 1985
- (b) 1987
- (c) 1988
- (d) 1990
- (e) 1991

4. Em quais edições dos Jogos Olímpicos Leila conquistou medalhas com a seleção feminina de vôlei?

- (a) Barcelona e Atlanta
- (b) Sydney e Barcelona
- (c) Atlanta e Atenas
- (d) Sydney e Atlanta
- (e) Sydney e Atenas

5. Em que emissora da TV brasileira Leila atuou como comentarista esportiva?

- (a) Band
- (b) Record
- (c) RedeTV!
- (d) SBT
- (e) Globo

6. Após deixar as quadras, quantas pessoas foram beneficiadas pelas ações de Leila no Terceiro Setor?

- (a) 5 mil
- (b) 10 mil
- (c) 20 mil
- (d) 30 mil
- (e) 50 mil

7. Qual o nome da secretaria de estado que Leila comandou no governo do Distrito Federal?

- (a) Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer
- (b) Secretaria de Ciência e Tecnologia
- (c) Secretaria de Esporte
- (d) Secretaria de Turismo
- (e) Secretaria de Esporte e Meio Ambiente

8. Quantos eleitores depositaram sua confiança nas urnas e votaram em Leila em outubro de 2018?

- (a) 396.563
- (b) 440.963
- (c) 467.787
- (d) 478.953
- (e) 580.632

9. Qual foi o primeiro projeto de lei apresentado por Leila após assumir o mandato como senadora?

- (a) Projeto que eleva pena para crimes com vítimas menores de 14 anos
- (b) Projeto que amplia proteção às mulheres nos estádios esportivos
- (c) Projeto que promove integração de órgãos da segurança pública
- (d) Projeto que trata do teletrabalho para servidores públicos
- (e) Projeto que cria o Programa de Modernização da Gestão do Esporte Brasileiro (PROESP)

10. Qual foi a primeira lei sancionada pelo presidente da República após relatoria da senadora Leila?

- (a) Lei que obriga agressor doméstico a ressarcir SUS por atendimento a vítimas
- (b) Lei que facilita a emissão da medida protetiva de urgência à mulher vítima de violência
- (c) Lei que prevê apreensão imediata de arma de fogo como medida protetiva à mulher
- (d) Lei que transfere ao GDF o controle da Junta Comercial do Distrito Federal
- (e) Lei que assegura a pacientes do SUS exame para diagnóstico de câncer em até 30 dias

Créditos das fotos ordem de aparição:

Jefferson Rudy/Agência Senado (Capa)
Pedro Ventura/Agência Brasília (Contracapa)
Edilson Rodrigues/Agência Senado (Pg. 2)
Jonas Araújo/Núcleo de Intranet do Senado (Pg. 6)
Rafael Nunes/PSB Senado (Pg. 8)
Jane de Araújo/Agência Senado (Pg. 9)
Rafael Nunes/PSB Senado (Pg. 11)
Jefferson Rudy/Agência Senado (Pg. 12)
Wilson Dias/Agência Brasil (Pg. 14)
Minas Tênis Clube/Divulgação (Pg. 16)
Geraldo Magela/Agência Senado (Pg. 16)
Arquivo Pessoal (Pg. 16)
Marcos Oliveira/Agência Senado (Pg. 18)
Geraldo Magela/Agência Senado (Pg. 19)
Geraldo Magela/Agência Senado (Pg. 19)
Geraldo Magela/Agência Senado (Pg. 19)
Renato Araújo/Agência Brasília (Pg. 20)
Jane de Araújo/Agência Senado (Pg. 21)
Marcelo Camargo/Agência Brasil (Pg. 22)
Instituto Bioma Brasil (Pg. 23)
Edilson Rodrigues/Agência Senado (Pg. 24)
Geraldo Magela/Agência Senado (Pg. 25)
Marcos Oliveira/Agência Senado (Pg. 26)
Jefferson Rudy/Agência Senado (Pg. 27)
Marcos Oliveira/Agência Senado (Pg. 28)
Elza Fiúza/Agência Brasil (Pg. 30)
Freepik.com (Pg. 32)
Marcos Brandão/Senado (Pg. 33)
Divulgação/Detran-DF (Pg. 34)
Paulo Domingues (Pg. 36)
Rafael Nunes/PSB Senado (Pg. 36)
Roque de Sá/Agência Senado (Pg. 37)
Roque de Sá/Agência Senado (Pg. 38)
Edilson Rodrigues/Agência Senado (Pg. 42)
Pedro França/Agência Senado (Contracapa)

Créditos das ilustrações

Freepik.com

 Receba novidades no seu celular pelo WhatsApp da Leila do Vôlei. Basta enviar nome e cidade para 61 9903-7838 e salvar o contato.

   LEILADOVOLEI
LEILADOVOLEI.COM.BR